

# Da Revolução Soviética à ascensão do stalinismo: os altos e baixos da luta de classes e da consciência de classe na Rússia

Marcio Lauria Monteiro<sup>1</sup>

Resenha de MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: class struggle in a Moscow metal factory*. New York, Oxford: Bergham, 2005.

Publicado em 2005 pela editora Bergham, o livro *Revolution and Counterrevolution: class struggle in a Moscow metal factory*, de autoria de Kevin Murphy, foi fruto de pesquisa realizada sob os auspícios do Departamento de História Comparada da Brandeis University (EUA) e laureado com o Prêmio Tamara e Isaac Deutscher, atribuído anualmente a obras alicerçadas na tradição marxista. Infelizmente, está entre as muitas obras sobre a Revolução Soviética e história da URSS às quais o leitor brasileiro deixa de ter acesso devido às orientações editoriais que privilegiam materiais anticomunistas, conforme ficou mais uma vez claro no centenário desse evento<sup>2</sup>.

Murphy atualmente leciona História da Rússia na University of Massachusetts (Boston, EUA) e se mantém um pesquisador ativo, intervindo em debates como sobre o lugar das Teses de Abril no desenvolvimento teórico e estratégico de Lenin e do Partido Bolchevique, ou sobre as análises de Leon Trotski acerca da URSS<sup>3</sup>. Também articulou uma série de artigos sobre a Revolução Soviética, publicada ao longo de 2017 no blog da revista *Jacobin* (EUA), da qual participou um amplo leque de especialistas, e que foi traduzida para diversas línguas (sua difusão no Brasil foi feita pelo blog Junho). Ademais, Murphy tem se tornado conhecido do público marxista brasileiro através de artigos traduzidos pela Revista Outubro<sup>4</sup>, e também por sua recente passagem pelo país, em eventos relacionados ao centenário.

Em *Revolution and Counterrevolution* – “o primeiro estudo sistemático e baseado em arquivos a cobrir a era revolucionária” (p. 1) – Murphy se propõe a “responder as questões centrais sobre o caráter da Revolução Russa e as origens do sistema stalinista” (p. 1), através de um “estudo de caso sobre a atitude dos

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pelo PPGH UFF e pesquisador associado ao NIEP-Marx (UFF).

<sup>2</sup> Para um debate historiográfico que abarca essa produção mais recente, bem como os “clássicos” da área, ver MONTEIRO, Marcio Lauria e MELO, Demian de. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. *Direito & Práxis*, v. 8, n. 3 (2017). Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/29985>.

<sup>3</sup> Cf. MURPHY, Kevin e GAIDO, Daniel. De la dictadura democrática a la dictadura del proletariado: El debate en el Partido Bolchevique sobre las Tesis de abril de Lenin. *Hic Hodus*, v. 6, n. 12, agosto de 2017. Disponível em <http://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/hicrhodus/article/view/2411>. MURPHY, Kevin. As origens e os significados do stalinismo. *Revista Movimento*, v. 2, n. 6, jul.-set. de 2017. Versão online disponível em <https://movimentorevista.com.br/2017/11/as-origens-e-os-significados-do-stalinismo/>.

<sup>4</sup> Ver <http://outubrorevista.com.br/revista/kevin-murphy/>.

*trabalhadores em relação à Revolução e sua aquiescência ou apoio ao desenvolvimento do stalinismo*” (p. 5). Para tal, foca na Fábrica Guzhon / Companhia Metalúrgica de Moscou, renomeada Fábrica Foice e Martelo após a revolução, analisando uma ampla gama de materiais, que vão dos últimos anos do regime czarista até o fim do Primeiro Plano Quinquenal (1932), com maior destaque para o período da Nova Política Econômica (1921-28). O peso maior dado a esse período é justificado por se tratar, ao lado de 1917, do período mais rico em termos de documentação acerca dos ânimos políticos da classe trabalhadora, e também por ser o momento em que emergiu o stalinismo, como fruto da crise social decorrente das crescentes contradições dessa política.

As fontes, de um volume impressionante, foram coletadas em oito centros de arquivos, sendo muitos de acesso recente (pós colapso da URSS), e Murphy busca traçar, através delas, “*as flutuações no ativismo de chão de fábrica*” e trazer “*à tona as vozes dos próprios trabalhadores*” (p. 1). Trata-se de relatórios das polícias políticas, jornais, atas de reuniões de variadas instâncias do Partido Comunista, que vão da direção à célula atuante na fábrica, memórias de trabalhadores e notas anônimas que entregavam aos oradores durante reuniões.

A escolha da fábrica em questão para esse estudo é justificada por se tratar da principal metalúrgica de Moscou durante o período abordado e também porque o local de trabalho naquela sociedade era onde residia “*o próprio coração da vida cívica*”, agindo como “*centro organizador da comunidade para distribuição de alimentação e moradia, bem como para as atividades de lazer*” (p. 5). Foi também nas fábricas onde se desenvolveu a consciência de classe dos trabalhadores, de forma que tanto o czarismo, quanto os regimes pós 1917, a elas dedicaram grande atenção.

Ao longo dos capítulos, Murphy intercala citações e referências a essas fontes com informações mais gerais sobre os rumos da revolução e do regime que ela originou, de forma a construir um rico quadro, que não se limita à escala microscópica. Seu ponto de partida são alguns estudos pré-abertura dos arquivos, que compreendiam o stalinismo como um processo de perda de poder dos trabalhadores, estudos esses associados à escola de História Social da revolução, surgida nas décadas de 1960-70 e autointitulada “revisionista” (não confundir com o revisionismo liberal e anticomunista dos anos 1970 em diante, que busca resgatar a historiografia da Guerra Fria contestada pela História Social). Sua característica central era uma visão “desde baixo”, tomando as classes subalternas como protagonistas.<sup>5</sup> Assim, nomes como S. A. Smith, Alexander Rabinowitch, David Mandel, Moshe Lewin, Stephen Cohen, dentre outros, aparecem com certa frequência nas detalhadas notas que acompanham cada capítulo.

Mas Murphy vai além de um tributo aos expoentes da escola “revisionista” / História Social. Quase todos os capítulos são perpassados por debates historiográficos, através dos quais o autor se confronta, de um lado, com a historiografia anticomunista gestada no contexto da Guerra Fria, que, através de nomes como Richard Pipes e Robert Conquest, consolidou a “tese da continuidade”

---

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre as escolas historiográficas da Revolução Soviética e URSS, ver MONTEIRO, Marcio Lauria e MELO, Demian de. *Op. Cit.*

– segundo a qual haveria uma relação de continuidade direta, ou “consequência lógica”, entre bolchevismo e stalinismo, supostamente marcados por um projeto “totalitário” de submissão dos trabalhadores a um “terror” permanente. E de outro lado, com os frutos mais recentes da escola “revisionista” / História Social, que passaram a contrapor à tese de uma classe trabalhadora “aterrorizada” pelo stalinismo a de uma classe trabalhadora “impressionada” com ele, que teria dado apoio às suas políticas – entre os quais Murphy cita nomes como William Chase, Arch Getty, Lynne Viola e Sheila Fitzpatrick. Ele critica ambas as teses por carecem de sustentação empírica, sendo baseadas em especulações infundadas, auxiliadas pela dificuldade de acesso aos arquivos.

Em contraposição a ambas, Murphy constrói uma detalhada história dos altos e baixos da luta e da consciência de classe dos trabalhadores russos, traduzidas em ações coletivas, senso de solidariedade / igualitarismo e confiança na própria força. 1917 foi o zênite dessa consciência e luta, expressas, sobretudo, nas greves de massas, na criação ou recuperação de órgãos classistas como os comitês de fábrica (que permitiram aos trabalhadores controlarem a produção e sua gestão) e os *soviets* (“conselhos”), e na grande adesão a espaços políticos coletivos, como assembleias e reuniões de massas dentro e fora das fábricas, culminando no projeto de um governo próprio dos trabalhadores. Todavia, na Guerra Civil (1918-21), por conta do colapso das ainda nascentes instituições estatais e também da economia, ocorreu certa desintegração dessa unidade classista, substituída por medidas de sobrevivência individual (roubo e furto, êxodo para o campo, absenteísmo no trabalho, recusa a trabalhar), apesar do engajamento dos trabalhadores no conflito, na forma de voluntários para o *front* ou arrecadação de fundos para o Exército Vermelho.

Nos primeiros anos da NEP (1922-23), com o início da recuperação econômica, houve certa recuperação da atuação coletiva, com retorno da ação grevista e da atuação de órgãos como os comitês de fábrica, ainda que não na mesma intensidade de 1917. Nos anos seguintes (1924-26), observa-se uma queda no número de greves, o que Murphy explica sustentando que um “acordo difícil” foi firmado entre a classe trabalhadora, as lideranças de órgãos como comitês de fábricas e sindicatos (que tinham dupla função, sendo canal da insatisfação dos trabalhadores e instrumento de persuasão do Estado) e o Estado soviético, predominando mecanismos de arbitragem (como cartas de acordo coletivo) no lugar das ações de confronto, com resultados em geral favoráveis para os trabalhadores (tese originalmente formulada por E. H. Carr e R. W. Davies, para qual Murphy fornece considerável comprovação). Durante tal período, ainda era possível observar no chão da fábrica o debate político aberto, reuniões de massas, campanhas internacionalistas, dentre outros indícios de engajamento dos trabalhadores. Mas tal “acordo” foi rompido com o impulso produtivista e industrializante com o qual o nascente regime stalinista respondeu ao esgotamento da NEP – a incapacidade de superar os índices de produção pré Primeira Guerra (recuperados em 1926) – e à crise econômica e social que ele engendrou.

Para Murphy, foi esse impulso que levou o regime stalinista a um uso crescente de coerção, de 1926 em diante, conforme suas políticas de aumento de produtividade falhavam (propaganda, brigadas de choque, “competição socialista”,

bônus estatal) e, em especial, a partir de 1928, para ele “ano decisivo”, marcado por revoltas no campo e greves e protestos nas cidades, contra as políticas de requisição forçada da produção agrícola e de racionamento de alimentos.

O regime conseguiu eliminar a oposição organizada, empurrar o dissenso e as críticas abertas para a clandestinidade e assegurar o fim das greves, ao mesmo tempo em que reduziu os salários e aumentou as horas de trabalho, fazendo os trabalhadores (e camponeses) pagarem pelo aumento da produtividade e pela expansão industrial do 1º Plano Quinquenal (1928-32). Para tal, operou uma transformação do Partido Comunista e dos sindicatos e órgãos de local de trabalho em instrumentos do aumento da produtividade e da disciplinarização da força de trabalho, fazendo com que os canais de arbitragem deixassem de funcionar em prol dos trabalhadores. Com isso, o descontentamento crescente e generalizado nas fábricas assumiu cada vez mais a forma de “ameaças individuais” e “estratégias de sobrevivência”, ao invés de ações coletivas.

Todavia, Murphy sustenta que propaganda e terror não foram os instrumentos principais usados pelo regime stalinista, nem os mais efetivos. Centrais teriam sido o controle sobre a comida, o medo do desemprego e a formação de uma minoria leal dentro das fábricas, materialmente privilegiada. A repressão seria era então sintoma da fraqueza do stalinismo, não da sua força, e não foi capaz de tornar a força de trabalho “dócil”, apesar do dissenso ter assumido forma cada vez mais individualista.

Murphy ainda ressalta que, ao longo desses altos e baixos, as divisões entre os trabalhadores cresceram ou diminuíram, como entre homens e mulheres, jovens e velhos, recém vindos do campo ou não, aparecendo e desaparecendo demandas igualitaristas. Ao longo dessas mudanças, os revolucionários e opositoristas atuaram enquanto “catalizadores” do dissenso, fornecendo voz a uma larga camada de trabalhadores.

Tudo isso é complementado com grande riqueza de detalhes e abordagem de aspectos variados dessa história, como os grupos de oposição que existiram dentro e fora do Partido Comunista (em especial Oposição Unificada de 1926-28, focada em demandas por democracia e melhorarias para os trabalhadores), as mudanças na composição social da força de trabalho (êxodo rural), a “contrarrevolução cultural” do stalinismo e seus impactos sobre as mulheres, o alcoolismo, a religiosidade etc.

Por fim, cabe desacatar que, apesar da importância e qualidade da obra, o relevante debate acerca da “natureza social” da URSS é deixado em segundo plano. Murphy deixa clara sua associação às teses de Tony Cliff, militante socialista que rompeu com o trotskismo no fim dos anos 1940 por defender que a URSS se transformara em uma sociedade “capitalista de Estado” e a burocracia gestora (uma “casta parasitária” baseada no proletariado, conforme a análise de Trotski) em uma “classe dominante”. Assim, Murphy define o stalinismo como “*a tendência e interesse de longo prazo da burocracia estatal conforme ela se desenvolveu em uma classe exploradora, em oposição ao proletariado*” (p. 7) e um “*sistema político e econômico que, sob todos os critérios possíveis, se mostrava antagônico aos interesses da classe trabalhadora*” (p. 2). Todavia, não dedica espaço para

desenvolver tais teses e apresenta-las em detalhes, mesmo tratando-se de teses que, além de marginais, são parte de um polêmico debate longe de encerrado.

A adesão às ideias de Cliff gera inclusive uma inconsistência, uma vez que Murphy trata o impulso produtivista adotado pelo stalinismo como um comportamento esperado de uma classe burguesa (a lógica da “*acumulação pelo bem da acumulação, produção pelo bem da produção*”), apagando o fato de que a elevação da produtividade e a expansão da industrialização eram necessidades reais para superar o quadro de escassez e garantir a defesa militar (eram, por exemplo, demandas centrais da Oposição de Esquerda e da Oposição Unificada ao longo dos anos 1920). Também fica apagado o fato de que, apesar do caráter parasitário da burocracia administrativa, a maior parte do sobreproduto daquela formação social não era por ela acumulado, mas investido em fortalecer o aparato militar, seguir expandindo e melhorando a produção industrial e em garantir condições de subsistência à classe trabalhadora (moradia, saúde, educação, transporte etc.), ainda que longe de padrões adequados de qualidade. Portanto, cabe tratar o stalinismo mais como uma desastrosa resposta a um problema que vinha aumentando desde ao menos 1923 (primeira crise da NEP), em condições de cerco imperialista, refluxo da revolução mundial e grande escassez interna de uma formação social majoritariamente agrária, e que buscava, ao mesmo tempo, preservar e consolidar a posição parasitária da burocracia administrativa, excluindo os trabalhadores do exercício do poder<sup>6</sup>.

Não obstante tais críticas, *Revolution and Counterrevolution* é uma obra de leitura obrigatória para os interessados em compreender em maiores detalhes e em chave crítica os rumos da Revolução Soviética e o stalinismo.

Resenha recebida em 20.2.2018

Aprovada em 13.4.2018

---

<sup>6</sup> Essa era, em linhas gerais, a análise de Leon Trotski. Ver, por exemplo, a síntese presente em MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo. *Verinotio*, v. 23, n. 2, nov. 2017. Disponível em [https://www.academia.edu/35395872/As\\_an%C3%A1lises\\_de\\_Leon\\_Trotsky\\_sobre\\_a\\_Uni%C3%A3o\\_Sovi%C3%A9tica\\_e\\_o\\_stalinismo\\_Verinotio\\_v.23\\_n.2](https://www.academia.edu/35395872/As_an%C3%A1lises_de_Leon_Trotsky_sobre_a_Uni%C3%A3o_Sovi%C3%A9tica_e_o_stalinismo_Verinotio_v.23_n.2).